

Os desafios da Produção Acadêmica em Instituições Periféricas – um estudo sobre a FURB

ROBL, Fabiane¹ – FURB

MENEGHEL, Stela M.² – FURB

GT: Política de Educação Superior /n.11

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

1. Introdução

No Brasil, a pesquisa universitária foi institucionalizada no final da década de 1960 com a implementação da Reforma Universitária de 1968 (RU/68) pela Lei 5.540³. Mas a realização de atividades de pesquisa científica tem, como pré-requisito, a oferta de um conjunto de condições que, muitas vezes, estão fora do alcance da realidade da maior parte das Universidades brasileiras - das Privadas, Comunitárias Confessionais e não-Confessionais, dentre outras instituições de educação superior – IES. Sendo assim, poucas são as instituições que, efetivamente, incorporaram a pesquisa ao seu cotidiano.

De acordo com Balbachevsky (1995), até mesmo dentro do setor público a pesquisa não foi institucionalizada uniformemente pois, na maioria das IES, a produção científica permaneceu confinada às conhecidas “ilhas de competência” e, apenas num conjunto menor de instituições, também públicas, os valores associados à atividade de pesquisa lograram se estabelecer como dominantes. Esta autora afirma ainda que, mesmo no interior das IES (públicas ou não) é possível distinguir dois tipos de contexto: em um, a academia impõe seus valores sobre as dimensões fundamentais da vida do profissional do ensino superior; em outro, a corporação preserva sua autonomia e controla a distribuição de recursos importantes para a aferição do *status* do professor. Apenas a realidade do primeiro contexto corresponde a uma situação de institucionalização completa da pesquisa. No segundo, a pesquisa sobrevive ilhada, em redutos onde a excelência consegue impor seus valores.

¹ Bióloga e Mestre em Educação pela FURB. E.mail: frobl@furb.br.

² Doutora em Políticas Educacionais e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURB. E.mail: stmeneg@zaz.com.br.

³ A responsabilidade pela atividade de investigação acadêmica tem sido atribuída, em geral, a três grandes mudanças no perfil institucional das universidades: substituição das cátedras por departamentos; introdução do contrato de tempo integral para os professores; e criação dos institutos especializados. Juntas, essas três alterações teriam criado um espaço de excelência nas IES, permitindo desenvolver e institucionalizar a pesquisa. (SCHWARTZMAN, 1991).

No processo de implementação de atividades de pesquisa, em quaisquer tipos de instituições - públicas ou privadas - existem aspectos que perpassam as categorias de condições de trabalho as quais, de acordo com Franco (1997), refletem as tensões e lutas de interesse da sociedade. Assim, na Universidade, entrelaçam-se o mundo institucional e mundo da vida, com a organização do trabalho de pesquisa e suas relações interligadas a vontades políticas, corporificadas em normas, regulamentos e planos institucionais. Nesta perspectiva, cabe destacar a relevância das políticas públicas, pois permitem gerar condições que facilitam e/ou entram a produção da pesquisa. Como lembra Franco (1997), "é no entrelaçamento das esferas públicas institucionais e das esferas da vontade dos indivíduos que se corporificam o *saber fazer* e o *tempo para fazer* pesquisa".

Para o desenvolvimento da pesquisa, não basta *saber fazer*, ou seja, um quadro docente qualificado (aqui entendido como titulado) não é o único pré-requisito; existem outros fatores relevantes a considerar. Dentre estes e, talvez como principal fator, está a disponibilidade de tempo para saber o que fazer. E ainda há de se considerar, evidentemente, as condições básicas de infra-estrutura (laboratórios, biblioteca, recursos de informática). A atividade de pesquisa envolve, portanto, não apenas recursos humanos qualificados e recursos financeiros, mas a construção de um ambiente que crie condições para a produção acadêmica.

No Brasil, a escassez deste conjunto de recursos é mais comumente observada em instituições de pequeno porte, em especial nas privadas e comunitárias (confessionais ou não). No entanto, os critérios de avaliação da pesquisa e do pesquisador são os mesmos para todas as IES, independente de terem as mesmas condições para tanto. Portanto, a avaliação do docente no desenvolvimento das suas atividades acadêmicas (em IES pública ou privada) considera tanto o desempenho em sala de aula quanto a produção científica, ainda que sua instituição não atue no tripé ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, Witter (1997) destaca a importância de, ao avaliar produção científica, considerar as variáveis envolvidas no processo - o contexto, o produtor, o produto, o consumidor e o impacto.

Franco (1991) aponta para a diferença entre Sistema Universitário e Sistema de Instituições de Ensino Superior: o primeiro ensina o que ainda não se sabe e, o segundo, aquilo que já se sabe. Ou seja: um produz e socializa o conhecimento, enquanto o outro apenas transmite o conhecimento já elaborado. Talvez seja necessário acrescentar a esta classificação mais uma categoria: a das instituições que tentam

emergir e que, apesar de não possuírem uma cultura de pesquisa e à despeito de diversas dificuldades para se ajustarem às condições do “saber fazer” e do “tempo para fazer”, tentam manter o *status* de universidade desenvolvendo, segundo as normas estabelecidas pelo MEC, alguma forma de investigação acadêmica. Cabe, então, a pergunta: em quais condições estas IES realizam pesquisa?

O presente estudo aborda o processo de institucionalização da pesquisa na Universidade Regional de Blumenau/FURB, criada em 1968 e reconhecida Universidade em 1986⁴. Estaremos centrados no período 1997–2002 quando, pela primeira vez na instituição, foi implementada uma política de pesquisa. Buscamos analisar a oferta das condições acadêmicas para realização de pesquisa e as decisões administrativas que vivificaram a política de investigação na Universidade, bem como o seu ‘resultado’, identificando como se deu o processo de tomada de decisão - ou formulação de políticas – para sua institucionalização, discriminando: i) o que foi feito; ii) por quem; iii) em que condições; iv) possíveis impactos na consolidação da pesquisa na instituição.

Deste modo, buscamos melhor compreender como uma instituição periférica, em um estado periférico – ou seja, sem cultura de pesquisa e aporte financeiro público – vem conseguindo desenvolver produção científica.

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso, uma vez que verifica as condições acadêmicas e administrativas envolvidas no processo de desenvolvimento da atividade de pesquisa na FURB. Em 1997 foi criada uma Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação (PROPEP), que não chegou a elaborar um documento específico tratando da Política de Pesquisa da Universidade, mas que trata dos interesses do desenvolvimento. Para que este estudo se concretizasse, nos valem de diversos documentos institucionais: leis; resoluções; pareceres; e portarias que, de alguma forma, fizessem referência às condições acadêmicas necessárias para desenvolver pesquisa.

Além da base de documentos legais, foram utilizados dados provenientes dos Relatórios Anuais da FURB organizados pela Assessoria de Planejamento (ASSPLAN). Dos quais foram extraídas informações quantitativas de todas as unidades universitárias

⁴ É importante destacar que a instituição em questão, localizada no interior do estado de Santa Catarina, juridicamente é de direito público, mas depende do pagamento das mensalidades dos seus alunos para manter-se funcionando, por praticamente não dispor de recursos financeiros públicos.

que compõem a instituição. Os dados obtidos referem-se ao período 1997 – 2002 e foram agrupados em duas categorias: 1. Condições acadêmicas para a pesquisa; i) Evolução da titulação e do quadro docente; ii) Processo de qualificação; iii) Regime de trabalho; iv) Distribuição de horas da pesquisa; **2. Produção Científica:** i) produção acadêmica dos docentes da FURB no período 1999 – 2002.

3. O processo de tomada de decisão – Formulação de Políticas

Para Dagnino (2002), o processo de elaboração de políticas públicas ou, simplesmente, processo de tomada de decisão, pode ser dividido em três fases sucessivas – Formulação, Implementação e Avaliação. Segundo essa divisão, uma política deve ser, primeiramente, formulada (concebida) no âmbito de um processo decisório pelos “tomadores de decisão”. Este processo pode ser democrático/participativo ou autoritário; e com ou sem manipulação e controle da agenda dos atores com maior poder. Com relação à sua estruturação, Dagnino (2002) aponta que o processo pode ser resumido em 02 modelos: racional e incremental.

O modelo racional envolve a utilização do planejamento como apoio ao processo decisório. Sua adoção à risca envolve uma minuciosa definição dos interesses, valores e objetivos de cada um dos atores e cursos de ação distintos. O plano obriga à explicitação de conflitos encobertos e latentes e, em consequência, o critério usado para a avaliação do resultado da política é a sua aderência aos objetivos planejados e aos impactos desejados: o “bom é o que satisfaz o plano”. (DAGNINO, 2002).

Não existe, a princípio, a tomada de decisão ‘correta’, pois estas são tomadas por seres humanos, que podem influenciar ou ser influenciados por outrem. Este aspecto e as barreiras existentes entre a racionalidade real e ideal são denominados, por Simon (1979), de limitações da racionalidade. MOTTA (1988) classifica algumas variáveis consideradas restritivas ao alcance dos objetivos organizacionais quando da tomada de decisões baseadas na lógica da racionalidade: 1) Variáveis humanas: motivação, conflito, personalidade; 2) Variáveis políticas: auto-interesse e agrupamento de poder; 3) Variáveis sociais: grupos de referência. Segundo este autor, uma ação no sentido de reduzir ou eliminar as restrições é a socialização do indivíduo, buscando adequá-lo aos meios que levarão aos fins. Uma outra dificuldade de utilização de processos decisórios genuinamente racionais é a multiplicidade de tarefas desempenhadas pelo tomador de decisões. Motta (1988) aponta, ainda, que o modelo racional de tomada de decisão

"apoiado em métodos quantitativos" vem sendo destituído pela proposta do modelo comportamental, baseado no uso da intuição.

No modelo incremental, o processo decisório se caracteriza pela negociação e barganha entre os atores, sem a utilização de uma metodologia específica. Ele se baseia no simples diálogo entre partidários de interesses e cursos de ação distintos, todos eles dispostos de informação plena e poder indiferenciado. O resultado do processo é um ajuste entre os atores, que tenderá a assumir uma característica incremental na medida em que a situação a que se pretende chegar se diferencia de forma apenas marginal da existente. A formulação da política tem, como resultado, um "consenso" de caráter freqüentemente ilusório e precário. Uma vez que a adoção deste modelo, baseado em mecanismos de controle da agenda de decisão, a supressão de conflitos encobertos e de manipulação de interesses que restringem a agenda a assuntos "seguros" freqüentemente conduz a situações de não-tomada de decisão que favorecem as elites de poder. O "consenso" gerado possui, ademais, um caráter efêmero, na medida em que pode se desfazer quando da implementação da política. Sua representatividade será, assim, tanto menor quanto mais desequilibrada for a correlação de forças entre os atores. (DAGNINO, 2002).

A natureza complexa da Universidade, quando considerada como organização, dificulta sua compreensão a partir de abordagens teóricas que tomam como pressuposto a lógica incremental ou racional. Segundo Baldrige (apud BERTUCCI, 2000), a organização universitária é caracterizada pela fragmentação entre grupos de interesse com diferentes metas e valores. Quando existe escassez de recursos, cada grupo busca defender seus interesses. Banner (1995) considera que o conflito ocorre porque cada grupo, procurando manter sua identidade baseada em valores compartilhados, atitudes e valores, se compara com outros grupos e destaca-se, buscando se opor às suas iniciativas. Para este autor, esta é prática comum em organizações formadas por profissionais acadêmicos.

Para Kuh e Whitt (1988), a profissão acadêmica pode ser descrita como uma subcultura ou como uma profissão com muitas subculturas, com base em valores comuns compartilhados por grupos de ciências, independente da disciplina acadêmica ou modelo institucional. No caso das diferentes áreas do conhecimento, a cultura da disciplina acadêmica colabora para agravar os conflitos. A identificação do professor com a disciplina começa com a socialização, na graduação, através da aprendizagem da linguagem, dos estilos, símbolos e tradições a ele associadas (AUSTIN, 1990). Com isto

se forma uma subcultura, com paradigmas e formas de ver mundos particulares, que interfere inclusive na definição dos objetivos da instituição acadêmica. Como as áreas são agrupadas em Centros, e como estes incorporam vários departamentos com subculturas diferentes, é natural que haja conflito e rivalidade entre os diferentes grupos, forçando os gestores a aprenderem a lidar com este fenômeno. (KUH; WHITT, 1988).

No processo de formulação de políticas, Dagnino (2002), afirma ser comum encontrar nas Universidades brasileiras um estilo de tomada de decisão com uma aparência racional, hierarquizada. De fato, o processo de elaboração da política universitária é presidido por um reitor, assessorado pelos seus pró-reitores, cada um encarregado das várias áreas-meio e áreas-fim em que se dá a atuação da Universidade, por inúmeras comissões, órgãos colegiados. Mas o estilo de tomada de decisão tem sido, de acordo com o mesmo autor, em praticamente todas as instâncias de poder da universidade (Reitoria, unidades, departamentos), incremental. Estas instituições seguem um modelo em que o processo de decisão se dá através do mútuo ajuste entre atores pouco diferenciados (o Reitor, os Pró-reitores, os diretores de unidade, e os chefes de departamento) que, antes de tudo, são docentes e, portanto, pares.

De modo geral, Dagnino (2002) considera que as Universidades podem ser entendidas como “arenas de conflito e barganha”, nas quais os indivíduos e sub-unidades com interesses específicos competem por vantagens relativas no exercício do poder e na alocação de recursos. A distribuição de poder nunca é estável e depende de habilidades transitórias de indivíduos ou unidades para mobilizar recursos para manejar os procedimentos dos outros. O momento da formulação de políticas consiste, basicamente, em um processo de barganha no interior e entre as unidades. As decisões negociadas são o resultado de um consenso entre os atores, com diferentes preferências e recursos. Como os objetivos são ambíguos, decisões são freqüentemente produto de atividades não pretendidas e não planejadas. Nessas circunstâncias, reitores e outros líderes institucionais servem principalmente como catalisadores ou facilitadores de um processo contínuo. Eles não comandam, mas negociam. Eles não planejam de forma compreensiva mas tentam aplicar soluções preexistentes aos problemas. Esse autor vincula ao modelo anárquico um modelo específico de escolha, denominado "lata de lixo".

Outro aspecto característico das organizações universitárias consiste da prevalência da inatividade na tomada de decisão, onde os participantes tendem a se

manterem distantes do processo político, julgando tal atividade como não compensadora.

4. A Universidade Regional de Blumenau – FURB

A Universidade Regional de Blumenau/FURB, criada em 1968, é mantida por uma Fundação Municipal; seu modelo institucional é similar ao das instituições comunitárias catarinenses, tendo sido instituído como fundação pública municipal que cobra por seus serviços. Nos primeiros anos da Universidade, o foco das atividades esteve no ensino; após duas décadas, ao conquistar o status de Universidade pelo MEC, a FURB começou a se dedicar a atividades de pesquisa e extensão, tendo criado um órgão específico para tanto – a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP). Ela foi criada em 1995, mas apenas em 1997 foi implementada como estrutura da administração superior.

Até 1986, portanto, não havia uma cultura de docência universitária - os docentes eram, na sua maioria, profissionais posicionados no mercado como advogados, administradores, contadores, economistas e professores do ensino médio que atuavam na instituição por algumas horas semanais em aula. Após a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a execução da pesquisa foram devidamente reguladas.

Devido ao reconhecimento pelo MEC, em 1986, tornou-se preciso ampliar o corpo docente com condições formais para desenvolver pesquisa. Houve, ainda, estímulo para que se formasse um corpo docente dedicado às atividades universitárias e incentivo para ampliação das atividades de pesquisa, até então desenvolvidas, em sua maior parte.

Em final de 2002, a FURB contava com 823 docentes, 12.900 alunos de graduação distribuídos em 36 cursos, 1.434 alunos de pós-graduação (20% em nível de mestrado) e 503 servidores, divididos em 07 unidades universitárias (Centros). A pesquisa é desenvolvida, com apoio da PROPEP, via programas de iniciação científica - PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB e PIPE/FURB/Artigo170⁵ – e cursos de Pós-Graduação.

As atividades de Pós-Graduação na FURB tiveram início em 1976, com cursos de Especialização (Lato sensu) destinados a suprir demandas sociais por formação de profissionais de diferentes áreas. Em 2002, a FURB ofereceu 26 cursos, sendo 14 próprios e 12 conveniados. Os Programas Stricto Sensu da FURB, tiveram

⁵ Verba do Governo Estadual – bolsas de estudo destinadas a estudantes economicamente carentes

início em 1991 com o Programa de Mestrado em Educação – Ensino Superior. A partir dele surgiram os demais programas de Mestrado da Universidade, tanto próprios como conveniados: em 1997 havia 02 e, em 2002, 06 cursos. Destes, 04 são credenciados pela CAPES (Educação; Administração; Química e Engenharia Ambiental).

5. A construção de condições acadêmicas para a pesquisa

Sobre as condições de produção de pesquisa, pode-se apontar duas ordens de suposições e proposições. A primeira refere-se ao *saber fazer*, sob a suposição de que qualificação e produção caminham juntas. A segunda suposição diz respeito à distribuição do trabalho docente; ou seja, além do saber fazer, é preciso dispor de *tempo para fazer*. (FRANCO, 1997).

O *saber fazer* é entendido, além do método e da produção nele imbricado, como a competência no que já se sabe numa dada área aliada ao vislumbre do que pode se tornar conhecido; implica captar um problema que exija solução, algo que ainda não foi explorado. Mas isto só pode ser obtido pelo acesso ao conhecimento sistematizado, aos modos de obtê-lo e ao conhecimento do meio no qual é produzido. Um título de pós-graduação é o certificado de que o docente teve acesso a um meio do conhecimento e que, potencialmente, tem competência no *saber fazer*.

Na FURB, com relação à titulação do quadro docente, os dados mostraram um aumento gradativo no número de doutores e mestres e uma queda, também gradativa, no número de graduados e especialistas. Assim, ao somarmos os índices de queda de graduados e especialistas e o aumento nos índices de mestres e doutores, observamos praticamente a mesma relação, ou seja, entre 1997 e 2002 houve uma redução de 25% de graduados e especialistas e um aumento de 26% no quadro de mestres e doutores.

De um modo geral, os dados indicaram que a Universidade caminha para a formação de um corpo docente qualificado (leia-se titulado) que, conforme descrito na literatura, têm condições formais para a produção acadêmica. No entanto, é preciso observar as diferenças significativas na evolução do quadro titulado entre os Centros, apontando para o crescimento de alguns e estagnação de outros.

No período analisado, a FURB não teve aumento apenas no número de docentes, mas também evoluiu no quadro titulado, presente em todos os Centros, mesmo que em diferentes graus. Em 1997, ela apresentava um quadro docente com 33%

de mestres e doutores, conforme estabelecido pela LBD/96; este foi aumentando gradativamente e, em 2002, estes chegaram a 59% do total.

Entre 1997-2002, do total de docentes que passaram pelo processo de qualificação, 35,04% estavam no doutorado, 61,83% no mestrado e 3,12% na especialização. Este dado reflete o fato de que a FURB, antes de aumentar o quadro de docentes com doutorado, priorizou aumentar o índice de mestres.

A análise dos dados segundo as Unidades Universitárias (Centros), indicou que os Centros com maior índice de titulados são, também, os que mais apresentaram docentes em processo de qualificação (especialmente doutorado); do mesmo modo, os centros com menor número de titulados apresentaram menor percentual de docentes obtendo qualificação - tanto no mestrado quanto no doutorado. Sendo assim, do total de docentes que saíram para o doutorado em 2002, o maior percentual ficou com o Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), correspondendo a 27,63%, enquanto o menor índice de saídas foi o do Centro de Ciências da Educação (CCE) com apenas 5,76%. Porém, ao considerarmos as horas destinadas à qualificação (mestrado e doutorado), a maior relação encontrada foi para o CCEN, seguida do CCS e CCT (Figura 1).

Além das condições do *saber fazer*: titulação e processo de qualificação; temos as condições do *tempo para fazer pesquisa*. Neste sentido, apresentamos: 1) a distribuição de docentes por regime de trabalho, em três sub-categorias: i) tempo integral com dedicação exclusiva (DE); ii) tempo integral sem dedicação exclusiva (TI); iii) tempo parcial (TP); e, 2) a distribuição de horas para a pesquisa em cada unidade universitária.

Com relação ao regime de trabalho em 1997, apenas 3% dos docentes trabalhavam na FURB em regime de tempo integral. Mas, em 2002, 9% estavam enquadrados nesta categoria. A mesma relação de incremento não cabe fazer ao regime de dedicação exclusiva, pois houve a manutenção de índices relativos no período de 1997 a 2001, com acréscimo de apenas 1% em 2002.

De acordo com a distribuição por Centros, verificamos que o CCEN foi o que apresentou maior percentual de docentes nas categorias TI e DE, conforme indicado na Figura 1. De 1997 a 2001, o percentual de docentes em tempo parcial esteve acima de 90% e, em 2002, caiu para 86%. Este alto percentual de docentes trabalhando em tempo parcial, nos remete a uma análise criteriosa das condições temporais para desenvolver qualquer outra atividade que não o ensino.

Com relação à distribuição de horas dos docentes da Universidade, em 2002, 58% das horas foram destinadas ao ensino; 12% a pesquisa; 6% a extensão; 6% a administração superior; 12% a administração setorial; e 6% destinadas à qualificação. Com isso, os dados indicaram uma Universidade em que preponderaram atividades de ensino, tendo a Administração igual espaço que as atividades de pesquisa e extensão.

Nas horas destinadas para as atividades de pesquisa, o Centro com maior percentual relativo a esta atividade foi o CCT, seguido do CCEN; e o menor foi o CCJ. Apresentamos, na Figura 1, a síntese das condições do saber e do tempo para fazer pesquisa na FURB.

Condições do Saber e do Tempo para fazer Pesquisa na FURB

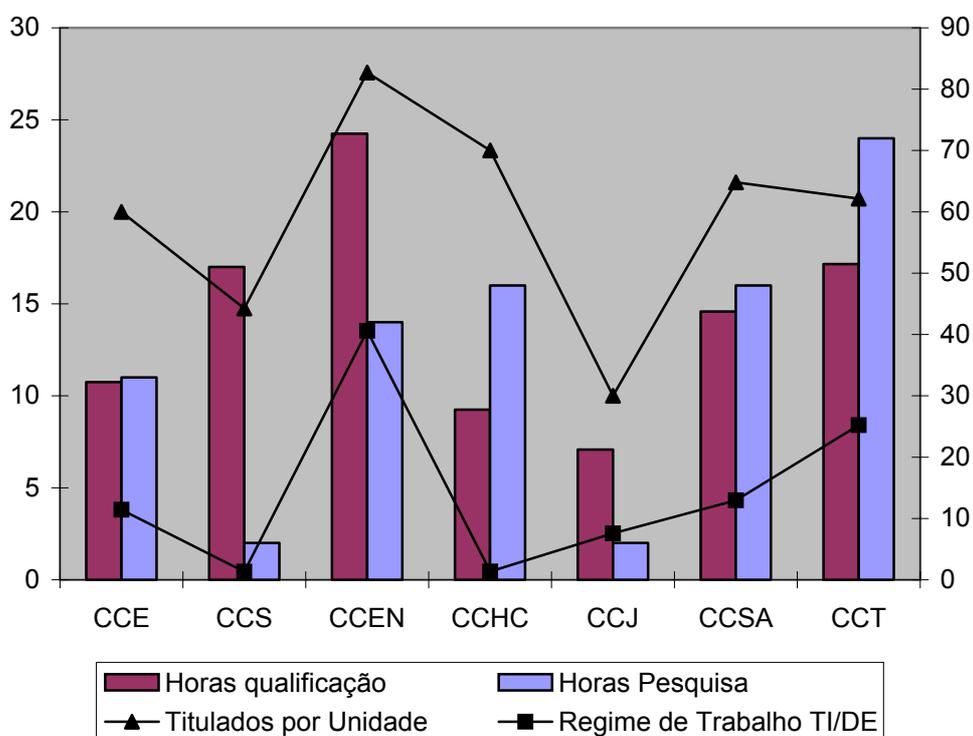


Figura 1. Comparação das condições acadêmicas da pesquisa na FURB por Unidade Universitária.

6. A Produção Acadêmica da FURB

Segundo Witter (1997), um estudo sobre a produção científica o enfoque deve contemplar as variáveis do contexto, do processo, do produtor, do consumidor e do impacto. Ou seja, não é suficiente contabilizar a produção é preciso considerar, antes de tudo, as condições do processo de produção. Assim, apresentamos o que foi de fato realizado, em termos de produção científica, pelos docentes da FURB a partir das condições do saber e do tempo para fazer ofertadas.

Domingos (2000) classifica a produção textual em literatura branca e literatura cinzenta. A primeira compreende: livros e/ou capítulos de livros e artigos internacionais/nacionais; a segunda classificação os resumos apresentados em eventos científicos. A publicação “branca” corresponde ao fechamento do ciclo da atividade de pesquisa, partindo do pressuposto que o texto publicado em livro ou periódico passará por um criterioso processo de avaliação pelos pares e será então, exposto à comunidade científica. Já o resumo, considerado uma breve síntese do trabalho desenvolvido, corresponderia apenas a mais uma etapa do processo; será apresentado a um público, possivelmente seletivo, mas sem a devida exposição e apreciação da comunidade científica em geral. Com isso, entende-se que, quando o desenrolar da atividade de pesquisa não culmina com a publicação “branca” o pesquisador não completou o ciclo, ele ainda está na chamada literatura cinzenta, aquela de restrito acesso.

Com relação à literatura branca, as publicações de artigos em revistas nacionais mostraram-se muito mais significativas do que as demais formas de publicação em todo o período analisado. No entanto, cabe destacar um aumento gradativo na produção de artigos internacionais (de 1999 a 2001), mostrando tendência de ampliar a abrangência das publicações e, provavelmente, melhoria no nível (ou maior inserção) dos cientistas da FURB na comunidade acadêmica internacional. Embora, tenha havido uma queda pouco significativa no período entre 2001 e 2002.

A Figura 2 apresenta a produção científica dos docentes da FURB de acordo com o tipo de publicação (branca e cinzenta). Os dados indicaram que todos os Centros, além de apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos científicos (publicação dos resumos), tiveram a preocupação de publicar em veículos mais autorizados (literatura branca), passando pela análise dos pares concorrentes e deixando com isso, o seu trabalho exposto e passível de discussão. Por outro lado, as comunicações apresentadas em eventos, caracterizadas como literatura cinzenta, são restritas a pequena parcela da comunidade pelas suas características de difícil acesso e divulgação limitada (POBLACIÓN, 1992). Verificamos, na Figura 2, que o CCEN e o

CCHC mostraram maior identificação com esta forma de divulgação, do que com a publicação de seus trabalhos pela literatura branca. A maior relação de distanciamento entre a publicação branca e cinzenta, foi a do CCT.

Produção Científica dos Docentes - Distribuição Branca e Cinzenta - 2000 a 2002

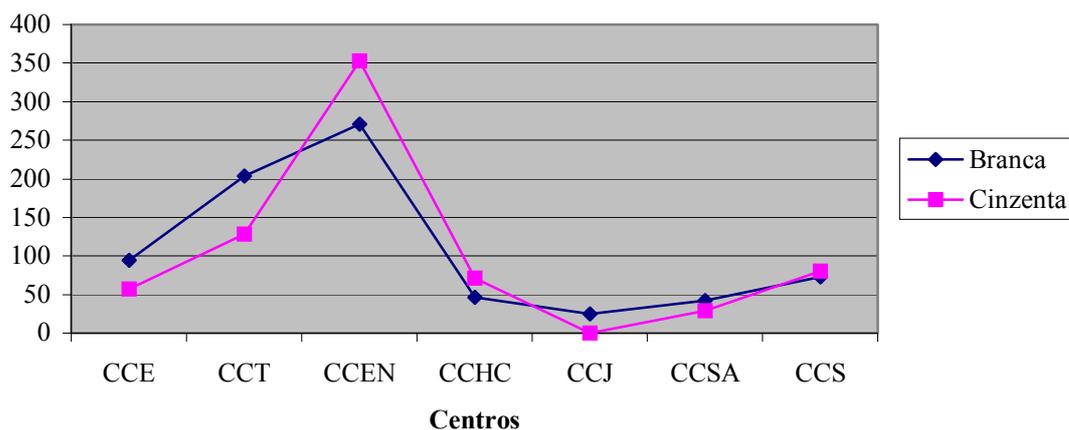


Figura 2 – Classificação quanto ao tipo de produção dos docentes da FURB – somatória 2000 a 2002.

Ainda com relação à Figura 2, podemos destacar a contribuição percentual de trabalhos na literatura branca e cinzenta de cada centro para a instituição. Os dados revelaram que o CCEN e o CCT foram os centros que mais contribuíram para o índice geral de publicações da FURB; juntos, eles representaram 65% do total de produções, destacando o CCEN com 42,36%. A menor representação percentual foi a do CCJ que, nas categorias analisadas, contribuiu com 1,69% do total. Os Centros CCE e CCS demonstraram contribuições semelhantes 10,25% e 10,38%, respectivamente. O CCHC representou 7,94% e o CCSA 4,82%.

Além da contribuição de cada unidade, tanto na literatura cinzenta quanto branca, é preciso considerar a relação produção por docente. Neste sentido, utilizamos como critério para o cálculo da média de produção por docente a somatória dos seguintes itens: Livro/capítulo de livro; Artigo Nacional e Artigo Internacional, ano a ano. Em 1999, a média de produção por docente foi 0,38; em 2000, o índice caiu para

0,32; e, nos anos 2001 e 2002, manteve-se estável – 0,33. Portanto, verificamos uma queda percentual em torno de 15% nas produções por docente.

Diante das relações observadas temos que a FURB, mesmo tendo investido na contratação de docentes qualificados, ou melhor, titulados e, de certa forma, tenha estimulado o processo de qualificação de seus docentes, não obteve, quantitativamente, um saldo positivo de publicações na série analisada. Em virtude possivelmente do regime de trabalho predominante, de tempo parcial, que não garante tempo para que o docente atue em outras atividades que não o ensino, comprovando assim, o dizer de Franco (1997): não basta saber fazer, é preciso dispor de tempo para saber o que fazer.

7. Considerações Finais

A ausência de um documento com definições claras quanto aos objetivos e diretrizes da institucionalização da pesquisa na FURB com objetivos, metas e ações definidas, bem como de medidas diretamente voltadas a este fim (com exceção das portarias citadas acima), percebe-se que política de pesquisa foi estruturada em conjunto com outras Resoluções e Portarias da Universidade que, apesar de não terem sido diretamente elaboradas pela PROPEP, afetaram diretamente o desenvolvimento das atividades investigativas na FURB. Dentre estas, podemos destacar: a Titulação, o Regime de Trabalho e o Enquadramento Funcional dos docentes.

Frente às normas implementadas, a FURB, no período analisado (1997-2002), avançou significativamente no quadro de docentes titulados; além do montante em fase de qualificação; quanto regime de trabalho (TI/DE) o incremento foi apenas 1%; além da elaboração, por alguns departamentos, de planos envolvendo suas linhas de pesquisa. Com isso, como já explicitado, as condições do saber fazer avançaram, mas as do tempo para fazer não cresceram na mesma proporção.

No entanto, a implementação destas normas de regulamentação da pesquisa não se deu de forma equilibrada em toda a instituição. Tendo em vista a autonomia das unidades universitárias no que diz respeito à distribuição de horas para qualificação docente, pesquisa, dentre outras e, algumas ‘respeitaram’ mais que outras as decisões estabelecidas no Regimento e no Estatuto da FURB, tanto em termos de utilização dos benefícios quanto de restrições. Como resultado, as “condições para fazer” envolvendo desde a formação de competências até o tempo necessário para tal, bem como as conseqüências das medidas tomadas, não foram as mesmas para toda a instituição.

Assim, a FURB apresenta um contexto institucional em que, de acordo com Balbachevski (1995), a corporação preserva sua autonomia e controla a distribuição de recursos, de modo que a pesquisa sobrevive ilhada em redutos, pois há interferência de questões externas/alheias à racionalidade acadêmica. Em termos gerais, a política de pesquisa da FURB mostrou não ter avançado na mesma proporção que os indicadores isolados. Em alguns aspectos, houve melhoria, no entanto, em outros, não. Alguns Centros caminharam a passos largos e freqüentes; outros, a passos curtos, porém freqüentes; outros, curtos e não freqüentes; e, outros permaneceram como estavam.

Lindblom (1959) afirma que a sucessão de pequenos passos pode produzir mudanças tão significativas quanto passos grandes, mas pouco freqüentes. Etzioni (1967) critica essa visão, afirmando que nada garante que pequenos passos levem à acumulação de resultados, ao invés de um movimento circular em torno de uma situação inicial, sem direcionalidade e de pouco impacto. Ou seja, pequenos passos são válidos apenas se houver uma direção clara, um objetivo explícito.

A partir da distribuição dos dados e análises de documentos internos, foi possível verificar que a política de pesquisa, tem caminhado a passos curtos. Mas não podemos afirmar que esses “pequenos” passos têm gerado um movimento circular – pela falta direcionalidade ou clareza de sua missão e objetivos. Ao menos não de forma generalizada. Foi possível identificar que os Centros ou Departamentos que tiveram melhores resultados em termos de produção acadêmica foram os que tiveram melhores ou mais condições para fazê-la, denotando a importância da gestão da pesquisa. Com isso, ficou evidenciado o processo de tomada de decisão como o descrito por Dagnino (2002), ou seja, a FURB, quando se trata de formular e implementar políticas, enfrenta os mesmos problemas das demais IES, relativos aos mecanismos de conflito e barganha.

No que se trata da pesquisa, em especial, há dificuldade de estabelecer a racionalidade no processo, não apenas devido à gestão da Universidade como um todo, mas, também, devido à autonomia de cada Centro e, principalmente, às diferentes limitações de cada um deles em se estabelecer com competência/tempo para fazer pesquisa, e fazer desta sua missão. Na falta de um processo racional, quem toma a decisão sobre para onde vão os recursos são os atores com competência estabelecida de dentro da própria instituição, que podem decidir tanto de forma implícita como explícita. Com isso, as ‘ilhas’ de competência podem ter sido estabelecidas antes da política de pesquisa da FURB. Especialmente ao analisarmos cada Unidade

Universitária de forma isolada – mas sem perder a visão do conjunto da Instituição. Lembrando que, nestas, foram encontradas diversas variações entre os Departamentos.

Nos últimos anos, as medidas tomadas pela PROPEP, em consonância com diretrizes dadas pelo CNPq e CAPES, vêm no sentido de fazer com que a pesquisa na Universidade fique praticamente restrita a professores doutores, docentes do quadro permanente e, preferencialmente, TI/DE. Tal significa uma reafirmação do efeito Matheus, ou seja, as unidades com as melhores condições do saber e do tempo para fazer, têm a possibilidade de mostrar resultados que justifiquem a liberação de recursos; enquanto, as que não detêm tais condições, tendem a ficar estagnadas, uma vez que, frente ao ofertado, não tem como produzir, e a não produção justifica a não liberação de recursos.

Com isso, se somarmos as dificuldades para desenvolver pesquisa em uma Instituição como a FURB (recente, sem cultura de pesquisa e mantida por Fundação Pública Municipal – ou seja, sem recursos financeiros), com o modelo incremental no processo decisório de formulação de política de pesquisa, o efeito Matheus prevalecerá; e, frente aos resultados encontrados, cada vez mais forte.

Uma alternativa para minimizar esta situação, pode ser a formulação de uma política de pesquisa baseada num processo racional, a partir do estabelecimento de prioridades. De maneira que a política de pesquisa privilegie o conjunto da instituição, buscando minimizar a diferença/distância do potencial científico entre Centros e Departamentos. Porém, por um lado, isso permite uma distribuição e oportunidade de participação mais equitativa e menos “predatória” entre as unidades; por outro, pode “desacelerar” o desenvolvimento de alguns setores que, há anos, vêm se preparando para desenvolverem plenamente seu potencial podendo, por exemplo, estabelecer parcerias com instituições internacionais e com o Setor Produtivo.

Uma outra alternativa seria que a política de pesquisa privilegiasse áreas específicas de conhecimento em função de prioridades institucionais. Neste caso, seria provável que ocorresse o inverso da situação anterior: seriam mantidas as diferenças entre Departamentos e Centros, distanciando as competências. Mas, por outro lado, pode ser o caminho mais rápido para criar alguns centros de competência e projeção nacional, capazes de captar recursos externos e organizar, por exemplo, Programas de Pós-Graduação.

Para a FURB, como Universidade, é de suma importância que suas ações estejam fundamentadas em um plano de desenvolvimento institucional que, além de

respeitar as suas peculiaridades (em função do seu trajeto histórico, dos seus problemas e possibilidades), considere também sua condição de instituição pública destinada a cumprir uma finalidade social. Desse modo, ao delinear uma política de pesquisa, esta deve estar em consonância com as diretrizes / linhas mestras do plano institucional que, por princípio, deve ter ligação com o social. Sendo assim, a produção de conhecimento dentro da FURB deve ser capaz de pensar estrategicamente o futuro não só da instituição, considerando seus interesses, mas também as necessidades e demandas do seu entorno social.

8. Referências Bibliográficas

BALBACHEVSKY, E. **Atores e Estratégias Institucionais**: a profissão acadêmica no Brasil. 1995. Tese de Doutorado - Dep. de Ciência Política, FFLCH/USP.

BANNER, D. K. **Designing Effective Organizations**: traditional & transformational views. Thousand Oaks (CA): Sage, 1995.

BERTUCCI, J. L. O. **Estratégia e Performance Organizacional em Instituições de Ensino Superior**: As Pucs brasileiras em busca de efetividade. 2000. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.asp?TEXTO=941>>. Acesso em: 09/11/2003.

DAGNINO, R. O Processo decisório na Universidade Pública Brasileira: uma visão de Análise política. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas, Ano 7, v.7, n. 4, Dez. 2002.

DOMINGOS, N. A. M. **Produção Científica**: análise de resumos de dissertações e teses em Psicologia (1992/1996). 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica – PUC/Campinas.

ETZIONI, A. Mixed-Scanning: uma terceira abordagem em tomada de decisão. **Public Administration Review**. v. 27, n. 5, pp. 385-392, 1967. (Trad.) Francisco G. Heidemann. (NAPPO/CPGA/UFSC).

FRANCO, M.E.D.P. O papel do Ensino Superior na Sociedade de Hoje: Desafios e Perspectivas – Universidade para quê? **Revista Brasileira de Administração da Educação**. RBAE. Brasília v.7 n.1 e 2 jan/dez. 1991.

FRANCO, M.E.D. P. (Org). **Universidade, Pesquisa e Inovação**: o Rio Grande do Sul em perspectiva. Passo Fundo: Ediupf, 1997. 455p.

KUH, G. D.; WHITT, E. **Invisible Tapestry**: culture in american colleges & universities. EUA: GWU Grand S. Publisher, 1988.

LINDBLOM, C. E. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. p. 1-5

MOTTA, P. R. Razão e Intuição: recuperando o ilógico na teoria da decisão gerencial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22(3): 77-94, jul./set.1988.

SCHWARTZMAN, S. **A Capacidade Institucional da Pesquisa no Brasil**. Disponível em:<http://www.schwartzman.org.br/simon/bogota.htm#_1_12>. Acesso em: 24/04/2003.

WITTER, G. P. **Produção Científica**. Campinas: Átomo, 1997.